

## **Lei N° 5.631, de 07 de Junho de 2021**

*Autoriza ao Chefe do Poder Executivo conceder perdão de multas administrativas decorrentes de autuações realizadas no período da pandemia da COVID-19 e dá outras providências*

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprova, e eu, Vice-Presidente da Mesa Diretora, promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder perdão de débitos decorrentes de multas administrativas aplicadas em razão de autuações realizadas no período de calamidade pública decretada pelo Município de Itaúna em razão da pandemia da Covid-19.

**Art. 2º** A concessão do perdão administrativo depende de requerimento administrativo do devedor, com o procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo.

**Art. 3º** O perdão administrativo alcançará débitos provenientes de autuações administrativas que cumpram com os seguintes requisitos:

- I – ausência de aglomeração no momento da autuação, conforme descrição do fato constante do auto de infração;
- II – observância integral de todas as demais medidas sanitárias recomendadas no período de pandemia;
- III – não tenha ainda ocorrido o pagamento do débito.

**Art. 4º** Em caso de empresa autuada reincidente, será analisado as circunstâncias da infração para decidir sobre a oportunidade da concessão do perdão administrativo.

**Art. 5º** Nos casos previstos nesta lei, o Poder Executivo Municipal poderá, em sendo oportuno, substituir a pena de multa pela pena educativa ou advertência por escrito.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna, 07 de junho de 2021.

**Silvano Gomes Pinheiro**  
*Vice-Presidente do Poder Legislativo*

*AMMDC*